



A Copa do Mundo FIFA de 2010 como parte da política externa da África do Sul pós-apartheid

The 2010 FIFA World Cup as part of South Africa's foreign policy in the post-Apartheid

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p109](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p109)

Filipe de Figueiredo dos Santos Reis¹

Rodrigo Corrêa Teixeira²

Recebido em: 07/06/2017

Aprovado em: 02/03/2018

Resumo

Desde o fim do Apartheid, a África do Sul aposta numa política externa amistosa, oposta à agressividade do regime anterior. Este artigo objetiva demonstrar a Copa do Mundo sediada pelo país em 2010 como parte relevante para os intuítos de tal iniciativa.

Palavras-chave: *Apartheid. Política externa. Esporte.*

Abstract

Since the end of Apartheid, South Africa sets a friendly foreign policy, opposed to the aggressiveness of the previous regime. This article objective to demonstrate the hosting of the 2010 FIFA World Cup as relevant part for the goals set by the initiative.

Keywords: *Apartheid. Foreign policy. Sports.*

1. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bolsista do Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) em 2017, patrocinado pela PUC Minas. Voluntário do 15º MIN-IONU, e do blog Conjuntura Internacional em 2016. ORCID: orcid.org/0000-0002-0993-3435

2. Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutor em Geografia (UFMG) ORCID: orcid.org/0000-0002-9107-0498

O surgimento do *Apartheid*

O regime do *Apartheid* está diretamente relacionado com a história dos bôeres ou africânderes, descendentes dos holandeses que chegaram na África do Sul no século XVII. Os bôeres deram início a um padrão social e cultural dissociado tanto do europeu quanto do nativo africano, fazendo emergir um forte nacionalismo pautado no entendimento de superioridade racial. Nos séculos XVIII e XIX, foram os britânicos que dominaram a região, submetendo bôeres e africanos da África do Sul (BRAGA, 2011; ARNAUT; LOPES, 2008)

No período do domínio britânico, emergiram grupos de oposição como o Congresso Nacional Africano (CNA), liderado por Nelson Mandela, e o Partido Nacional (PN), bôer, que queriam remover os britânicos da África do Sul. O último chegou a dividir o poder com os britânicos, e conseguiu vencer as eleições em 1948, iniciando o projeto nacionalista bôer (BRAGA, 2011).

A partir disso, o racismo, discriminação humana com base na divisão entre raças, que já existia no governo britânico na África do Sul, passou a ser institucionalizado no aparelho jurídico do país, na forma de um regime segregacionista radical, o *Apartheid*. Foram criadas leis como o uso do Certificado de Identidade Racial, que classificava as pessoas entre brancos, *coloureds* (mestiços) e africanos (negros), e a proibição do casamento inter-racial. Com base nessa divisão oficial, em 1950 foram criadas divisões regionais destinadas para cada raça, sendo exigido um passaporte para movimentação interna. Foram chamados de *homelands*, espaços atribuídos com autonomia administrativa, consolidando o conceito de desenvolvimento separado das raças (ARNAUT; LOPES, 2008).

Dessa forma, o *Apartheid* apresentava-se como um modelo de desenvolvimento também econômico. Ao conceder às *homelands* autono-

mia, o governo sul-africano poderia negligenciar o fornecimento de serviços públicos para as regiões não-brancas, o que fazia seus habitantes trabalhar para os brancos nas indústrias e cidades do país, nas regiões destinadas aos brancos (CARVALHO; LACERDA; TEIXEIRA, 2015).

A política externa no *Apartheid*: o isolamento internacional

Já antes da Segunda Guerra, a África do Sul tinha uma posição confortável regionalmente, seja em questão econômica, seja de respeito perante os outros Estados, pois era um dos poucos países independentes no continente. Também era membro da *Commonwealth* britânica, além de um dos colaboradores na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), fruto da aproximação diplomática com os britânicos (BRANCO, 2003).

Com a subida do PN ao poder em 1948, Branco (2003) esclarece que a política externa passou a priorizar a defesa do regime do *Apartheid* perante a Sociedade Internacional, já que os bôeres consideravam o regime vital para a consolidação de seu nacionalismo. Assim, se combatia a crescente hostilidade do ambiente internacional, impactado pela Segunda Guerra e a criação da ONU, para com o *Apartheid*.

Para isso, Pretória apostou na manutenção de um relacionamento amigável com os britânicos e na tentativa de se identificar como parte do Ocidente, se valendo do combate ao comunismo, no contexto da Guerra Fria. Ao mesmo tempo em que se observaram esforços no sentido de melhorar a imagem do país e do regime, via-se uma grande inflexibilidade em fazer concessões que pudessem ameaçar a supremacia branca na África do Sul, o que, apesar de mantida a imagem de importância do país na Sociedade Internacional, deteriorava a reputação do mesmo (BRANCO, 2003).

Regionalmente, o interesse da África do Sul era manter sua posição, e demonstrar a força dos bôeres na condução do Estado. Seu status de Potência Regional era demonstrado em suas relações próximas com as metrópoles das colônias africanas. Porém, com o crescente número de independências, sua relação com os novos Estados africanos era cada vez mais difícil, porém contornada por acordos de cooperação técnica e econômica com os países vizinhos, por vezes mediados pelas metrópoles daqueles que ainda eram colônia (BRAGA, 2011; BRANCO, 2003).

Nos anos 1970, a primazia econômica e militar continental dos sul-africanos não conseguiu controlar os acontecimentos políticos na África, mesmo com apoio militar a grupos rebeldes e invasões em países próximos controlados por maioria branca, e retaliação econômica sobre os países opositores. Tal iniciativa não impediu o colapso do poder branco na região, e o isolamento político da África do Sul no cenário regional (BRAGA, 2011; BRANCO, 2003).

A posição da ONU exemplificava o nível de hostilidade que o *Apartheid* havia conseguido para o país, por meio do Conselho de Segurança, que aprovou uma proibição de venda de armas para a África do Sul, e pela Assembleia Geral, que criou um comitê especial contra o *Apartheid*. Emergia o que Braga (2011) chamou de rede de ativismo transnacional de direitos humanos, composto pela ONU e outras organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e governos de outros países.

A maior hostilidade levou a uma repressão cada vez maior do governo, que acabou declarando Estado de Emergência, aprofundando ainda mais o isolamento em que se encontrava. Nesse período, a África do Sul já não fazia mais parte de organismos como a *Commonwealth*, Organização da União Africana (OUA) e a Federação Internacional

de Futebol (FIFA), também dos Jogos Olímpicos de 1964, e sofrido sanções políticas da ONU e do Reino Unido. A partir deste ponto, até as relações econômicas passaram a ruir, tornando a África do Sul um Estado pária, e o regime insustentável (BRAGA, 2011).

Queda do *Apartheid* e uma nova política externa

Em 1990, Frederick de Klerk assumiu o governo da África do Sul, dando início ao desmantelamento do regime do *Apartheid*. O novo presidente legalizou o CNA e outros movimentos anti-*Apartheid*. Foi suspenso o Estado de Emergência, e abolidas as leis de segregação racial, e a libertação de presos políticos, como Nelson Mandela após vinte e sete anos de reclusão, também foi marcante no fim do regime. Era uma estratégia para trazer de volta o capital internacional, e arrefecer as tensões internas, para pelo menos manter os bôeres no poder. No entanto, numa eleição surpreendentemente pacífica, Nelson Mandela foi eleito presidente em 1994, dando início a promulgação de uma nova constituição, que finalizou oficialmente o regime do *Apartheid* (BRANCO, 2003).

A atitude de Mandela à frente do governo foi determinante para o sucesso da estabilização política do país nos anos seguintes. O foco na reconstrução econômica e na reconciliação nacional acabou por pavimentar o caminho para uma reconstrução democrática gradual na África do Sul. Até 2017, o CNA tem vencido democraticamente todas as eleições para presidente, e obtendo a maioria no parlamento desde o sufrágio em 1994 (BRANCO, 2003; BRAGA, 2011).

A política externa do país passou a ter que lidar tanto com o isolamento internacional causado pelo regime segregacionista, quanto com o fim da lógica bipolar da Guerra Fria. Para lidar com o

último, um dos objetivos da política externa passou a ser promover o discurso de liderança moral da África do Sul na defesa dos direitos humanos, mostrando o país como um grande exemplo da África e o mundo, e assim se aproximar dos Estados mais desenvolvidos. A busca pelo desenvolvimento econômico cooperativo regional e a promoção da democracia, por sua vez, foram estratégias de reinserção regional do país como líder cooperativo no continente (OTÁVIO, 2013).

A aplicação de tal política externa foi dificultada principalmente pela oposição de países como Nigéria e Zimbábue que não aceitavam a África do Sul como transformador do continente. Nos mandatos mais recentes, de Thabo Mbeki e Jacob Zuma, o objetivo de fortalecer a aceitação do país no continente enquanto principal transformador e cooperador por meio de uma política externa que promovesse a imagem de líder amistoso do continente foi mantido, assim como os objetivos de promoção de uma imagem positiva capaz e amistosa da África do Sul para fora da África (BRANCO, 2003; OTÁVIO, 2013).

O esporte na reintegração da África do Sul

O esporte é, segundo Varejão (2012, p.295), “um dos principais fenômenos socioculturais da atualidade”, isso por sua capacidade de mobilizar pessoas oriundas de panoramas diversos, nacionalismos e recursos econômicos. Sua importância é também reforçada por organismos internacionais, como a ONU, que considera o esporte uma peça importante para ajudar no desenvolvimento social dos países (AMCHAM, 2012).

Por sua capacidade de alcance volumosa, os eventos esportivos contemporâneos se relacionam diretamente com as relações internacionais. Vasconcellos (2008) ressalta que o esporte, justamente pela

atração que causa nas pessoas, serve de plataforma para discursos ideológicos, propaganda e divulgação institucional dos Estados, tendo como exemplos a Olimpíada de 1992 em Barcelona e a questão da independência da Catalunha e a coalizão de países árabes pedindo a exclusão de Israel das competições internacionais de futebol, junto à FIFA.

Na África, segundo Giulianotti (2010), o campo é extremamente propício para pesquisas, sendo possível destacar dimensões como: história social do esporte africano (esporte nas dinâmicas coloniais); o esporte e seu impacto na formação de identidades (como o sentimento pan-africano³ quando uma seleção de futebol africana vence uma de maior tradição); socioeconômico (a “fuga” dos atletas de alto nível competitivo da África para os grandes centros do esporte com melhor infraestrutura).

Especialmente na África do Sul, o esporte foi importante para a reconciliação interna e externa. No âmbito doméstico, destaca-se a Copa do Mundo de Rúgbi de 1995, sediada na África do Sul. O rúgbi era considerado parte exclusiva da identidade bôer, no entanto, a aproximação de Mandela com o selecionado sul-africano ajudou a construir uma atmosfera de unidade entre brancos e negros, que passaram a apoiar em conjunto a seleção nacional. O torneio terminou com a vitória dos anfitriões sobre a Nova Zelândia, tendo o aperto de mão entre Mandela e Pienaar, capitão da seleção, como grande símbolo do que o esporte trouxe para o país, em termos de reconciliação (HÖGLUND; SUNDBERG, 2008).

Já na reintegração global, o esporte também é entendido como importante para o processo, sendo que para Höglund e Sundberd (2008), sediar grandes eventos esportivos tem grande representatividade

3. [...] o pan-africanismo pode ser definido, de maneira simplificada como sendo uma aspiração dos negros da África e da diáspora que se identificam culturalmente por seu pertencimento à civilização negra e africana, que busca sua força na resistência plurissecular dos negros à escravidão e à colonização. (DIALLO, 2016, p.244)

de simbólica, ao tentar passar uma mensagem para outros países. Pode-se observar que a África do Sul endossa o pensamento, já que Mbeki, quando seu país foi derrotado pela Alemanha na eleição para sede da Copa do Mundo FIFA de 2006 disse: “a verdade é que não se sabe quando os europeus vão aceitar que a África é parte de uma família global e não algo irrelevante no mundo” (VASCONCELLOS, 2008, p.12).

As iniciativas para promover sua nova imagem por competições esportivas foram frequentes no país. Além de receber a Copa do Mundo de Rúgbi em 1995, em 1996 o país foi sede da Copa Africana de Nações, competição continental de futebol, mas o principal desejo, no entanto, era sediar eventos maiores, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. A Cidade do Cabo foi candidata à sede das Olimpíadas de 2004, terminando derrotada por Atenas, mas o país mantém o desejo de ainda sediar os Jogos em 2024. Já em relação à Copa do Mundo de Futebol, após a derrota para receber o torneio em 2006, a África do Sul apresentou candidatura novamente para a edição seguinte, sendo escolhida para sediar a competição em 2010 (HÖGLUND; SUNDBERG, 2008).

A Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2010, discursos e impressões

Presidente à época da escolha do país como sede do evento, Thabo Mbeki afirmou ao início da Copa do Mundo que “O que estamos fazendo aqui hoje é política externa (...). É a projeção da África para o mundo” (CHADE, 2010, p.1). Mbeki justificava dessa forma o investimento público no evento, dizendo que “nenhuma estratégia de diplomacia ou ato governamental pode fazer o que a Copa fará em termos de política externa” (CHADE, 2010, p.1).

Ao receber um dos megaeventos esportivos mais importantes no mundo, a África do Sul, segundo Cornelissen (2008), perseguia objetivos internos, mas sobretudo, objetivos externos em dois sentidos. Um deles seria a relação com os países da África, a qual ainda era prejudicada pela característica agressiva da política externa do *Apartheid*, e o outro, demonstrar para o ambiente internacional que a África do Sul pode ser considerada a principal voz do continente africano. Para Cornelissen (2008), o governo planejava que a realização com sucesso da Copa do Mundo contribuiria significativamente para realizar tais objetivos, por meio da promoção de uma imagem amistosa e capaz da África do Sul.

Observando o foco continental dessa estratégia, desde a candidatura do país para ser sede da Copa do Mundo, foi tomado cuidado para que a mesma fosse entendida como candidatura africana, e não somente sul-africana. Com isso, o pleito foi apoiado pela União Africana (UA) e por outros países africanos, entendendo que a realização do torneio era de interesse de todo o continente. Para reforçar isso, junto da FIFA e da UA, a África do Sul tomou iniciativas como o Programa Legado Africano de 2010 foi lançado, com objetivo de aumentar a participação de outros países africanos no megaevento, e promover segurança, integração e turismo após o fim do mesmo (DOWSE, 2011).

Segundo Chari (2004), o governo sul-africano, além de reforçar o discurso sobre a relevância da realização da Copa do Mundo teria para a reconciliação interna, promovia o discurso da África do Sul como país multiétnico e estável, representante digno do continente africano. O evento era frequentemente chamado de “Copa da África” pelos governantes, tendo o presidente Mbeki declarado: “Nós queremos, com o interesse do continente, realizar um evento que irá enviar ondas de confiança e criará oportunidades sociais e econômicas por toda

África” (CHARI, 2014, p.162, tradução nossa⁴). Sucessor de Mbeki e presidente quando o torneio aconteceu, Zuma, afirmava que seu país era o representante africano na missão de recolocar o continente africano em um lugar digno no ambiente internacional, em vista o pessimismo em relação à capacidade do continente (DOWSE, 2011).

A projeção de capacidade do país em realizar o evento foi reforçada pela FIFA, que declarava a organização a Copa estavam à altura do exigido num evento de elite, e que a África do Sul estava estabelecendo novos padrões no quesito. Com a ocorrência do evento sem grandes problemas de organização e segurança, o mesmo foi declarado pela ONU um sucesso, e pela FIFA um evento “nove numa escala até dez” (CHARI, 2014, p. 171). A Copa da África rendeu elogios de Chefes de governo como Angela Merkel e Lula, mostrando que a imagem de capacidade da África do Sul foi transmitida pelo evento. Dowse (2011) ainda afirma que as negociações para a entrada da África do Sul nos BRICS, grupo formado por países emergentes, foi bastante beneficiada pela mídia atraída pelos sul-africanos em 2010, já que alguns dos encontros aconteceram durante a realização do evento (CHARI, 2014; MERKEL: SOUTH AFRICA..., 2010).

Analisando os esforços empregados em realizar os megaeventos esportivos pela África do Sul, Castro (2013) entende que a candidatura e realização da Copa de 2010 corresponde diretamente aos pontos que reforçam as estratégias citadas anteriormente, como o *soft power*, prestígio e visibilidade do país. Esse tipo de investimento também é coerente com o multilateralismo buscado pela África do Sul após o *apartheid*, que é verificada também em outros países de posição emergente, como China, Brasil, Índia, e Rússia, todos realizadores de even-

tos como Olimpíadas, Copa do Mundo da FIFA e Jogos da Commonwealth, na última década. Dessa forma, se percebe que a contribuição do esporte e seus megaeventos internacionais é considerada ferramenta importante na formulação de uma política externa cooperadora e multilateral de vários países (CASTRO, 2013).

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se mostrar a grande diferença da política externa empregada na África do Sul no período do *Apartheid* para a formulada após o fim do regime, visto o grau de isolamento internacional adquirido pelo país. Como foi visto, o objetivo foi tentar a reinserção do país, o que nesta pesquisa identificamos como a busca por sediar eventos esportivos de grande porte, como a Copa do Mundo.

Por meio do levantamento bibliográfico e declarações oficiais, se viu que a África do Sul apostou que a realização com sucesso da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2010 seria importante no nível internacional, no sentido de remover os estereótipos negativos sobre o continente africano por meio do exemplo sul-africano, o que confirmaria a posição almejada pelo país desde o fim do *Apartheid* em 1994, a de representante principal da África.

De fato, os princípios de caracterizar os interesses da África frente aos sul-africanos, ao menos em discurso, foram feitos com a ajuda do megaevento. O tratamento da Copa de 2010 como a “Copa da África”, e o envolvimento da UA na candidatura e em programas associados foram importantes para dar um caráter pan-africano que, como explicado, o esporte por si só já é capaz de suscitar. O reforço por parte dos realizadores de que a África do Sul teria um evento de sucesso e a observância desse êxito contribuíram para promover as imagens desejadas pelo país no meio internacional.

4. We want, on behalf of our continent, to stage an event that will send ripples of confidence from an event that will create social and economic opportunities throughout Africa.

A intenção deste artigo não foi avaliar se a Copa do Mundo alcançou seus objetivos como política pública, mas demonstrar que diferentes governantes da África do Sul viam o evento como mais que um acontecimento midiático e esportivo, mas como peça importante de seus objetivos políticos, e que tal entendimento é compatível e comum com um discurso cooperativo e multilateral. Tendo em vista as declarações oficiais, e a conformidade da construção discursiva do megaevento como um todo para com os eixos da política externa pós-Apartheid, é possível que a relação foi demonstrada com sucesso. Dessa maneira, o caso da Copa de 2010 na África do Sul é mais um exemplo de como o esporte pode e deve ser levado com seriedade em análises de política externa e demais dinâmicas políticas.

Referências

- AMCHAM. Indústria do esporte movimentou US\$ 1 trilhão no mundo. Disponível em <<http://www.amcham.com.br/gestao-empresarial/noticias/industria-do-esporte-movimentou-us-1-trilhao-no-mundo>>. Acesso em 8 maio 2017.
- ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mônica. **História da África**: uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. 120 p.
- BERGER, Guy. Image revisions: South Africa, Africa and the 2010 World Cup. **Equid Novi: African Journalism Studies**, v. 31, n. 2, pp. 174-190, 2010. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02560054.2010.9666606>>. Acesso em 05 maio 2017.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturino. **A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 342 p.
- BRANCO, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A política externa sul-africana: do apartheid a Mandela**. 2003. Tese (doutorado) – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Lisboa. Disponível em <<http://14minionuoua1981.files.wordpress.com/2013/09/a-polc3adtica-externa-sul-africana.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CARVALHO, Rita Flávia Gomes; LACERDA, Tamires Santos; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. O Apartheid na política internacional entre 1948 e 1994. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.12, n.3, p. 178-184, 2º sem. 2015. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/10638/9747>>. Acesso em 09 maio 2017
- CASTRO, Andreia Soares e. South Africa's Engagement in Sports Diplomacy: The Successful Hosting of the 2010 FIFA World Cup. **The Hague Journal of Diplomacy**, n.8, pp. 197-210, 2013.
- CHADE, Jamil. "Copa é política externa". **Estadão**. 2010. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,copa-e-politica-externa-imp-,564816>>. Acesso em 23 out. 2017
- CHARI, Tendai. Unmaking the Dark Continent: South Africa, Africa and the Image Make-Over Narrative in the South African Press. In: CHARI, Tendai (Ed.);Mhiripiri, Nhamo A. (Ed.). **African football, Identity Politics and Global Media Narratives: the legacy of the FIFA 2010 World Cup**. Palgrave Macmillan, 2014. Cap. 9. p. 161-179
- CORNELISSEN, Scarlett. Scripting the nation: sport, mega-events, foreign policy and state-building in post-apartheid South Africa. **Sport in Society**, v.11, n.4, pp.481-493, julho 2008. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17430430802019458?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em 24 out. 2017
- DIALLO, Mamadou Alpha. A Integração Regional na África Ocidental (1960-2015): Balanço e Perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.1, n.1, pp. 243-263, jan./jun. 2016. Disponível em <<http://seer.ufg.br/index.php/rbea/article/download/61139/37548>>. Acesso em 20 maio 2017
- DOWSE, Suzanne. **Power Play: International Politics, Germany, South Africa and the FIFA World Cup**. 2011. Disponível em <<https://www.saiia.org.za/occasional-papers/64-power-play-international-politics-germany-south-africa-and-the-fifa-world-cup/file>>. Acesso em 24 out. 2017
- GIULIANOTTI, Richard. O estudo do esporte no continente africano. In: BITTERN COURT, Marcelo (Org.); MELO, Victor Andrade de (Org.); NASCIMENTO, Augusto (Org.). **Mais que um jogo: o esporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 13-36
- HÖGLUND, Kristine; SUNDBERD, Ralph. Reconciliation through sports? The case of South Africa. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 4, pp. 805-818, maio 2008. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436590802052920>>. Acesso em 28 abr. 2017
- MERKEL: SOUTH AFRICA should be really proud. **FIFA.com**. 2010. Disponível em <<http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2010/m=7/news=merkel-south-africa-should-really-proud-1268501.html>>. Acesso em 06 maio 2017
- ONWUMECHILI, Chuka. Nigeria: Media Narratives and reports of football from Within. In: CHARI, Tendai (Ed.);Mhiripiri, Nhamo A. (Ed.). **African football, Identity Politics and Global Media Narratives: the legacy of the FIFA 2010 World Cup**. PalgraveMacmillan, 2014. Cap. 8. p. 143-160
- OTÁVIO, Anselmo. **A África do Sul pós-Apartheid: A inserção continental como prioridade da nova geopolítica mundial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Inter-

nacionais)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2017

VAREJÃO, Flávia Borges. Esporte e Relações Internacionais: um balanço bibliográfico e teórico. In: LESSA, Mônica Leite (Org.); SUPPO, Hugo Rogélio. **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 295-312

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 328 p. Disponível em: <<http://livros01.livros-gratis.com.br/al000105.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2017.